

• 4 DEZ 1984

Uma proposta: pagar a dívida interna com ações.

O governo cederia parte de suas ações nas estatais para empresas privadas

A proposta é do economista Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas: o governo deve pagar a enorme dívida que contraiu com o setor privado negoclando suas participações acionárias. Essas participações são estimadas em 70 a 80% do endividamento total, que Rabello de Castro avalia em não menos de Cr\$ 100 trilhões, "podendo atingir os Cr\$ 120 trilhões". O economista sugere que, "com uma negociação equilibrada, se pode estudar a troca dessas participações".

O mais grave, porém, é que não há disposição de redução de despesas pelo governo. "A propensão ao gasto do setor público não diminuiu. Estão todos de butaca para iniciar uma nova era de gastar. Justamente quem deve mais é que está pronto para gastar mais."

Perspectivas

O economista, que é redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, fez uma exposição de uma hora aos empresários reunidos na Associação Comercial de São Paulo, rejeitando a idéia de que o panorama para 1985 é sombrio. "O ano de 1985 será mais razoável que o de 1984. Podemos mandar aumentar o tamanho das prateleiras para o começo de 1985."

Rabello de Castro prevê que o primeiro semestre do ano que vem será favorável para a atividade econômica. Uma das razões para explicar esse fato é o aumento da produtividade nas empresas privadas, inclusive nas empresas informais. Passou a época em que "trabalhadores e consumidores eram obrigados a contar as almôndegas às refeições". Outra razão é o contínuo crescimento da oferta de moeda. "Agora já descobriram que é preciso ajustar as contas dos agregados monetários. Apesar do esforço do canudinho da mesa de open market do Banco Central, há fatores que drenam a poupança. O dinheiro está indo para o setor público não governamental."

A empresa privada é que está financiando o setor público. "E o governo é imprudente. O povo tem seu dinheirinho na caderneta. Pode até ser inadimplente, mas tem o dinheiro na caderneta para pagar."

O dinheiro está seguindo para a área estatal via crédito nos bancos comerciais.

Juros

A pressão do governo e de suas empresas sobre os recursos disponí-

veis na economia vão afastando o setor privado do crédito, já que as empresas privadas não têm lucro suficiente para pagar as taxas vigentes. "Quem tomar dinheiro a este juro quebra. Assim, ninguém é louco de ter estoque" — interveio Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial.

"Não há possibilidade de o País crescer, entretanto, se a taxa de juros não cair — advertiu Rabello de Castro. E a taxa não cairá enquanto for do tamanho atual o endividamento público."

"Quero o meu"

Nem PMDB nem PDS. O grande partido brasileiro após a vitória de Tancredo, segundo o economista, será o PQB-Partido Queremista Brasileiro, "partido do quero o meu". E explica: "Quero abono, trimestralidade, máquinas novas, carro novo". Porém, segundo Rabello de Castro, "é preciso caçar o PQB. O já da economia é a última coisa que devemos querer, porque ele representa o consumismo e uma taxa de inflação muito superior".

— Precisamos de um novo partido — o dos sócios no futuro do Brasil. O capitalismo do século XXI tem que ser bom para todos. Todos têm que participar do trabalho comum. O PQB é sócio do presente, da redistribuição já. O Brasil não pode ter pressa. Não precisamos de uma mocinha (referência a Ana Maria Jul, do FMI) a nos dizer como gerir as contas da área pública.

Entre as maiores preocupações de Rabello de Castro estão a dificuldade de controlar o processo inflacionário e a queda do ritmo de crescimento da economia dos Estados Unidos. Se essa queda for forte, as exportações brasileiras poderão estancar e parte da retomada do crescimento ficará prejudicada.

Dívida externa

O economista também defendeu melhores condições de renegociação da dívida externa. "Se com US\$ 13 bilhões de superávit não há benefício no spread, talvez fosse melhor largar os credores. Afinal, já tivemos a nota dez."

Neste processo, o economista admite a participação de capital estrangeiro, mas minoritariamente, e tendo como investidores os fundos de pensões, que diversificariam seus investimentos. Os recursos externos seriam preferencialmente utilizados na compra de posições minoritárias de empresas privadas, não se excluindo porém o acesso a ações de companhias públicas.

Pacto social

Rabello de Castro considera que essa desmobilização de ativos do governo seria uma forma concreta de participação do setor público no pacto social sugerido pelo futuro presidente, Tancredo Neves. "Não acredito em pacto feito só pelo setor privado. Pacto só é possível se contar com a participação do governo, de suas empresas."

O economista identifica na área pública o principal foco de desequilíbrio do País. E, a curto prazo, o problema está no endividamento. "Se o perfil da dívida fosse